

Meistra e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFRGS. Professora Estadual e Técnica em Assuntos

Educacionais na UFRGS. Integrante de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras

Pauta histórica, fundante e inalienável de mulheres negras brasileiras



Maria Conceição
Lopes Fontoura

[...] sobre as diferenças no modo de falar, cabe dizer que a *Marcha das Mulheres Negras 2015* reunirá variados sotaques de mulheres negras brasileiras, todos bradando em uníssono pelo fim do racismo e das violências perpetradas contra mulheres negras brasileiras, construtoras históricas do país, para que atinjam o bem viver. (MARIA MULHER, 2015, p. 21).

No presente artigo, trago abordagem sobre o que considero ser pauta histórica, fundante e inalienável de mulheres negras brasileiras. Escrever sobre mulher brasileira remete à expressão no plural – mulheres brasileiras. A utilização pluralizada dos termos vai além da imposição gramatical. O Brasil possui, congrega e abarca mulheres provenientes de diferentes espaços geográficos, com marcas significativas de África e de Europa. É fundamental registrar a presença de mulheres indígenas, as donas dessa terra. Existe, portanto, a necessidade, a imposição e o dever de se ilustrar a respeito da variedade de mulheres brasileiras e reconhecer suas culturas, isto é, saber, entender e respeitar suas formas particulares de estarem e de se colocarem no mundo.

Para iluminar a temática, executo breve mergulho histórico. Assim fazendo, atender-se-á ao disposto na Lei 10.369/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. Por volta da metade do século XVI, a história do Brasil registra a entrada de pessoas extraídas à força do continente africano, para trabalhar de forma escravizada e participar da formação socioeconômica e cultural do país. O tráfico transatlântico surrupiou milhões de africanas e africanos de diferentes partes de África, forçando o afastamento do continente de origem, do grupo étnico e da família. As pessoas escravizadas tiveram que ultrapassar as diferenças de idiomas, do modo próprio de se portar no mundo e enfrentar toda sorte de iniquidades, afrontas e violências. O intelectual Helio Santos escreveu:

O Brasil – é bom saber – foi o país que maior número de escravos importou. Cerca de 4 milhões de africanos foram recebidos aqui. É evidente que esse número em muito se amplia quando consideramos as crianças nascidas das escravas em terras brasileiras. [...] A travessia Atlântica se inicia por volta de 1534 (ano em que Portugal invade a Guiné) e se prolonga até 1850. Por mais de três séculos o tráfico campeou solto. (SANTOS, 2001, p. 65). (Grifos nossos).

Ao destacar os vocábulos escravos e escravas na citação feita por Helio Santos, faço por considerar necessário trocá-los por escravizados e escravizadas, deste modo demarca-se a existência de pessoas que propiciaram a barbárie, os escravizadores. A presença do primeiro só é possível devido à existência

do segundo. Chamar de escrava e de escravo oferece a sensação de que a situação de escravização foi pacífica, deixando de se entrever a resistência feita por homens e mulheres que estiveram na condição de trabalhadoras forçadas e trabalhadores forçados. A longa duração do período escravista, quase quatro séculos, e seu caráter perverso delinearão a forma como a população negra foi tratada naquele período. Cabe aqui comentário que dialoga com esse assunto. É comum ler e ouvir desejos de que o Brasil adquira o status, a condição e o nível de sociedade mais justa. Costumo concordar com a aspiração expressa na invocação, porém removo o advérbio mais. A razão da retirada reside no fato de que o Brasil é um país injusto. Inexiste indício de justiça no tocante ao tratamento oferecido à população afro-brasileira, bem como no que se refere aos povos indígenas. Para desiguais atingirem o patamar da igualdade, faz-se necessário tratamento desigual, tendo em vista compensar perdas que tiveram ao longo do tempo. Lembrando, o Brasil foi forjado por quase 400 anos no sistema escravista, apresentou libertação tardia de milhões de pessoas escravizadas e as atirou à própria sorte. A lei que efetou a extinção do regime escravagista foi composta por dois artigos. “LEI N. 3.353 - DE 13 DE MAIO DE 1888 [...] Art. 1º É declarada (sic) extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. [...]”

A sobrevivência a partir de 14 de maio de 1888 passou a ser de responsabilidade das pessoas que, ainda, se encontravam na condição de escravizados até o dia anterior. A Lei de Ouro, significado de Áurea, não previu qualquer tipo de indenização, ajuda ou reparação ao grupo de trabalhadores que por anos laboraram sem receber qualquer tipo de pagamento. Paulo Colina, no Poema Pressentimento, versou: “(...) A Princesa esqueceu-se de assinar nossas carteiras de trabalho”. Para que se tenha país justo, torna-se preciso a reparação a quem trabalhou gratuitamente e engrandeceu quem se valeu do tráfico de pessoas escravizadas. Reproduzo excerto da obra de Jacob Gorrionder, quando detalha funções desempenhadas por pessoas escravizadas.

[...] Nos começos da década dos 80 do século passado, Couty enumerou as seguintes profissões de escravos de uma bem administrada fazenda cafeeira de Campinas: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, mecânicos, matadores de formigas, jardineiros, cozinheiros da roça, cozinheiros da casa-grande, cozinheiros ajudantes, porqueiros, tratadores de aves, carregadores de comida,

consertadores de roupa, fabricantes de sabão, farinheiros, vigilantes diversos, pretos do eito, lavadores de café, escravos domésticos (cocheiros, arrumadeiras, lavadeiras, despenseiros). [...] (GORONDER, 1988, p. 213). (Destaque nosso, trata-se da década de 1880).

O fragmento apontou atividades desempenhadas em uma fazenda de café. Havia predomínio de homens efetuando diferentes tarefas, enquanto que mulheres apareceram em menor quantidade. Considerando afazeres executados pelo grupo escravizado, cai por terra a justificativa de que não tinham qualificação para exercerem atividades no mundo livre. O Estado brasileiro não formulou políticas de inclusão, reparação ou indenização para o grupo de libertos, tendo em vista incluí-los no mundo do trabalho livre ou indenizá-los. O governo brasileiro, no entanto, passou a estimular a imigração de europeus que, por diferentes razões, abandonavam seus países. Havia o desejo explícito de “embranquecer” a nação brasileira. Sabe-se que nem todos os imigrantes eram detentores de mão de obra qualificada como tentam vender. Havia pessoas desempregadas, outras estavam em conflito com a lei,



havia quem fugisse de perseguição política e por isso deixavam a Europa em busca de oportunidade de vida melhor no Brasil.

Uma das razões do mergulho na história do Brasil é dar luz à atuação de mulheres africanas e suas descendentes nascidas no Brasil. A intelectual, ativista e filósofa Sueli Carneiro, referindo Sonia Maria Giacomini, escreve que existe silenciamento sobre as mulheres no Brasil, considerando que a história tem sido contada a partir dos homens, pertencentes ao grupo que domina a sociedade brasileira, e brada também que a ausência se espalha sobre mulheres que fazem parte das classes exploradas.

Com efeito, o silêncio a que se refere Giacomini tem sido responsável pela invisibilidade das mulheres negras e essa invisibilidade obscurece uma história de luta e resistência. No passado, contra a escravidão e dominação senhoriais e, no pós-abolição até os dias de hoje, por afirmação de uma identidade historicamente construída que se distingue da história das mulheres do grupo socialmente hegemônico. (CARNEIRO, 2004, p. 286)

O silêncio foi conivente com toda sorte de violência vivenciada por mulheres negras. A sociedade escravista não realizou protestos contrários às horas excessivas de trabalho nem sobre as violências perpetradas contra africanas e suas descendentes brasileiras, fossem oriundos de castigos físicos e ou de toda sorte de abusos sobre seus corpos. Escreveu SANTOS (2001, p. 72).

Foi rotina na escravidão brasileira arrancar dentes e seios de negras preferidas e até mesmo sacrificar bebês ilegítimos No campo da tortura a criatividade não tem limites: ora era um bebê morto a garfadas por uma sinhá enciumada no Maranhão: ora o padre que mandara sacrificar sua escrava-amante, entalando-a com um pau pelo ânus. (Grifo do autor).

O silenciamento sobre as mulheres negras compactua com maus-tratos que lhes foram impostos no período colonial, seguindo-se no pós-escravidão. Africanas e suas descendentes eram vistas e tratadas de modo desrespeitoso. Atente-se para o pensamento da intelectual Sueli Carneiro a respeito do modo tradicional como a sociedade brasileira enxerga as construtoras históricas do país.

Consequentemente, essa suposta tradição mantém as mulheres negras prisioneiras dos estereótipos construídos no período colonial pelo gênero dominante: historiadores, romancistas, poetas, retrataram, no mais das vezes, as mulheres negras ora como trabalhadoras adequadas a serviços desumanizantes, ora como mulheres lascivas e promíscuas. Imagens reproduzidas ad nauseam no imaginário social: a bestialização da mãe preta, por exemplo, e a exacerbação da sexualidade da “mulata” são imagens fartamente exploradas nas representações sociais da mulher negra. O oposto da mulher branca deificada como musa, santa para ser exaltada e adorada. (CARNEIRO, 2004, p. 286).

É nesse cenário que sobrevivem mulheres negras, enfrentando as violências, os desrespeitos e as omissões de diferentes setores da sociedade brasileira. Passaram para o mundo livre sem qualquer tipo de amparo. Foram jogadas à própria sorte, fazem parte, em grande número, do grupo que se encontra ao desamparo dos direitos trabalhistas, bem como são aquelas que detêm menor renda per capita.

A viagem realizada sobre a vida de mulheres negras brasileiras, neste momento, centra-se na possibilidade de desconstrução da invisibilidade que lhes é imposta. Como isso se realiza? Contando, recontando, espalhando à exaustão a história das guerreiras brasileiras aos quatro ventos. Um passo necessário é denunciar toda sorte de violência pelas quais passaram ao longo dos tempos.

A BESTIALIZAÇÃO DA MÃE PRETA, POR EXEMPLO, E A EXACERBAÇÃO DA SEXUALIDADE DA “MULATA” SÃO IMAGENS FARTAMENTE EXPLORADAS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER NEGRA

A violência existente no período escravista toma outros contornos nos dias atuais, um deles é o epistemicídio. Sueli Carneiro, em entrevista bradou: “Organizem-se, porque não há mais limite para a violência racista”. É com a organização própria que mulheres negras têm enfrentado e buscam vencer as violências racistas que se manifestam de diferentes formas. A intelectual, ao abordar o epistemicídio, refere que essa forma de violência se constitui na tentativa de desvalorização do conhecimento produzido por povos que a sociedade hegemônica desconsidera. A filósofa Sueli Ribeiro refere:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (CARNEIRO, p. 97, 2005.).

Cercar, dominar e extirpar o epistemicídio, que desconsidera o potencial intelectual de pessoas negras, é tarefa difícil, porém o protagonismo realizado por integrantes do grupo negro ao longo dos tempos, contando cada vez mais com o ingresso de novos partícipes, traz para diversos cenários da sociedade brasileira outras formas de pensar, reagir, criar e atuar. A partir da cultura que tem como centro irradiador a África, continente localizado no sul do mundo, surgem intelectuais que questionam o modo hegemônico de prestigiar exclusivamente tradições e valores provindos da Europa e dos Estados Unidos. Mulheres negras oriundas de várias partes das Américas, entre elas o Brasil, dedicam-se ao estudo e à valoração de culturas provenientes do sul do mundo. Conhecer suas formas de se colocar no mundo é fundamental. É tempo de saber sobre mulheres negras professoras de religiões de matriz africana, de ler escritoras negras, de recitar poetas negras, de reconhecer intelectuais negras, de respeitar mulheres negras detentoras de conhecimentos ancestrais.

Para dar visibilidade à pauta histórica, fundante e inalienável das mulheres negras brasileiras, que deve ser atendida pelos diferentes setores da sociedade brasileira, cerca de cinquenta mil mulheres negras em 2015 cons-

truíram e participaram da MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA PELO BEM VIVER, ocorrida em 18 de novembro de 2015 em Brasília. Envolveram-se mulheres negras de todas as partes do país. Representantes das manifestantes tiveram agenda com a presidenta da República, Dilma Rousseff, entregaram-lhe a “Carta das Mulheres Negras”, em que constava análise da situação em que se encontravam as mulheres negras do Brasil, apresentaram as demandas, reforçando a necessidade de atuação do Estado brasileiro, tendo em vista enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia, à transfobia e outras formas de discriminação, de intolerância a que milhões estão submetidas. Essa pauta histórica, fundante e inalienável das reivindicações de mulheres negras brasileiras é inegociável, é prioritária e é essencial para que cerca de um quarto da população do país seja cidadã plena. Ao me despedir, faço o convite: “Leia a Carta!”.

NOTAS

1. CASTRO, Ane. Sueli Carneiro: “Organizem-se, porque não há mais limite para a violência racista”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-organizem-se-porque-nao-ha-mais-limite-para-a-violencia-racista/>. Acesso em 09 ago 2022.
2. CARNEIRO, Sueli. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira.: o papel do movimento feminista na luta antirracista. In: Munanga, Kabengele (Org). História do Negro no Brasil. O negro na sociedade brasileira. Resistência. Participação. Contribuição. (Vol. 1). 2004. Brasília. P. 284-336.
3. CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p.96 – 124.
4. CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015> >.pdf. Acesso em 02 ago. 2022.
5. COLINA, Paulo. Pressentimento. Disponível em: <<https://www.escritas.org/pt/t/48056/pressentimento>>. Acesso em 30 jul. 2022.
6. GELEDÉS. Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe e irão muito mais além. Iraci, Nilza. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossos-passos-vem-de-longe-e-irao-muito-mais-alem/?gclid=EA1aIQobChMI-Z6vwtOZ-QIVAsKRCh04iAPTEAAYASAAEgLoOvD_BwE>. Acesso em 27 jul. 2022.
7. GORONDER, Jacob. O escravismo colonial. 5ª ed. Ver. Aum. São Paulo, Ática, 1988.
8. MUNANGA, Kabengele (Org). História do Negro no Brasil. O negro na sociedade brasileira. Resistência. Participação. Contribuição. (Vol. 1). 2004. Brasília.
9. MARIA MULHER ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS. Projeto Espalha Brasa: inserção das mulheres negras nos diferentes espaços da sociedade no Rio Grande do Sul. Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras. 2015. P. 21.
10. MUNDO EDUCAÇÃO. Leis abolicionistas. In: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-leis-abolicionistas.htm>>. Acesso em 29 jul. 2022.
11. SANTOS, Helio. A Busca de um Caminho Para o Brasil. A Trilha do Círculo Vicioso. São Paulo. Editora SENAC. São Paulo. 2001.
12. ZITKOSKI, Jaime José, ROBAINA, José Vicente Robaina; SOARES, Jeferson Rosa (Org.). Freire e a Educação Contemporânea. 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.